



JULHO 2025

EDIÇÃO 38

- p. 2 MPC Cast 4ª temporada
- p. 3 XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas
- p. 4 Procurador-Geral do MPC-MG participa de palestra promovida pelo Instituto Serzedello Corrêa, do TCU
- p. 5 MPC-MG ministra palestra sobre atuação ministerial no Encontro Técnico do TCE-MG em Munhuçu
- p. 6 "Conhecendo o MPC": estudantes de Direito da UFJF mergulham no universo do controle externo
- p. 7 MPC-MG prestigia lançamento da plataforma "Panorama da Educação", do MPMG
- p. 9 MPC-MG no Seminário "Cultura, Controle e Direito", promovido pelo TCE-MG
- p. 14 Com apoio do MPC-MG, Tribunal de Contas aprova reserva de vagas para pessoas trans em seus concursos
- p. 16 População conhece de perto o trabalho do MPC-MG durante Ouvidoria Itinerante 2025, em Belo Horizonte
- p. 18 De Cancún a Belo Horizonte: MPC-MG recebe intercambista mexicana
- p. 20 MPC-MG e MPF emitem recomendações conjuntas pela despoluição da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte
- p. 22 MPC-MG participa de Foro Internacional de Segurança Digital na Colômbia
- p. 24 Parceria do MPC-MG com TCE-MG visa arrecadar livros para a Federação Nacional das APACs
- p. 25 MPC-MG apoia II Encontro Nacional da Primeira Infância, que ocorrerá na capital mineira em agosto
- p. 26 II CONAPCD promove em setembro debate intersectorial sobre os direitos das pessoas com deficiência
- p. 27 Procurador-Geral do MPC-MG participa de curso de aperfeiçoamento "Financiamento da Educação no Brasil"

E AINDA...

- p. 28 Lex Data
- p. 30 MPC-MG em Números
- p. 31 Coluna Iurisprudencia

MPC-MG inaugura Galeria de Procuradores-Gerais e reforça compromisso com a preservação da memória institucional

por Lillian de Oliveira

GALERIA DE PROCURADORES-GERAIS



A Galeria de Procuradores-Gerais.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais inaugurou, no dia 10 de julho, a Galeria de Procuradores-Gerais, instalada no corredor principal do órgão ministerial.

Quem passar por esse espaço – membros, autoridades, advogados, servidores, colaboradores ou visitantes – poderá conhecer a história do MPC-MG por meio de rostos, datas e gestões que marcaram a construção da instituição.

A iniciativa, idealizada pelo atual Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, visa salvaguardar a memória institucional e valorizar a contribuição de cada liderança na trajetória do órgão ministerial desde sua criação.



Embora sejamos uma instituição jovem, com menos de 20 anos, temos o dever de cultivar nossa memória. O cuidado com a história é elemento fundamental para



MPC-MG inaugura Galeria de Procuradores-Gerais e reforça compromisso com a preservação da memória institucional

(continuação)

a construção de nossa identidade e o fortalecimento de uma cultura organizacional conectada ao passado e comprometida com o futuro.



A Galeria traz foto e placa com indicação dos biênios em que o/a Procurador/a-Geral exerceu a chefia do órgão ministerial, além de um QR Code que direciona a uma página virtual com informações sobre cada gestão.

Para acessar a Galeria Virtual dos Procuradores-Gerais homenageados clique nos nomes abaixo:

Glaydson Santo Soprani Massaria
2010-2012 | 2012-2014

Daniel de Carvalho Guimarães
2014-2016 | 2016-2018

Elke Andrade Soares de Moura
2018-2020 | 2020-2022

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
2022-2024 | 2024-atual ■

MPC Cast 4ª temporada

por Simone Pereira



MPC CAST

PODCAST OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONFIRA O NOVO EPISÓDIO EM NOSSO
SPOTIFY OU EM NOSSO CANAL DO YOUTUBE!



Neste episódio do MPC Cast, o tema é mineração e nossa convidada é **Natália Arcanjo**, especialista em Finanças Públicas, Mestre em Administração Pública e Gestora de Ensino e Pesquisa na Fundação João Pinheiro.

Arcanjo argumenta que a mineração, tão presente na realidade de diversos Municípios brasileiros, pode ser uma dádiva, uma maldição ou uma possibilidade, dependendo da forma como ela é governada.

Segundo a especialista, transformar a dependência mineral em desenvolvimento exige uma capacidade estatal sólida nos Municípios, com planejamento de longo prazo, participação social e políticas públicas consistentes. Nesse sentido, defendeu que é preciso ir além da simples arrecadação: a mineração deve ser encarada como oportunidade de transição para economias mais diversificadas e sustentáveis.

Natália também sublinhou o papel fundamental dos órgãos de controle externo, como os Ministérios Públicos de Contas e os Tribunais de Contas, na fiscalização do uso dos recursos oriundos da atividade mineral e na indução de boas práticas. Ela apontou iniciativas como consórcios intermunicipais, fundos vinculados à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e projetos de diversificação econômica como exemplos promissores. ■

NÃO PERCA!

XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas

3 a 5 de
Setembro 2025

Belo Horizonte
Minas Gerais

INSCREVA-SE
AQUI!



TEMA
Consensualismo e
Inteligência Artificial
no Controle Externo

Garanta seu ingresso para o XVI Congresso Nacional do Ministério Público de Contas!

Especialistas de todo o país se reunirão para debater temas de vanguarda como o Consensualismo e a Inteligência Artificial aplicados ao controle externo.

Serão três dias de troca intensa de experiências, conexões qualificadas e mergulho cultural – incluindo um passeio especial a **Ouro Preto**.

Participe deste encontro que movimenta ideias, inspira práticas e fortalece o Ministério Público de Contas!



NOVAS PRESENCAS CONFIRMADAS



Edilene Lôbo



Cristina Machado



Milene Cunha



Jeanine Benkenstein



Gabriel Guy Léger



Márcio Luís Oliveira

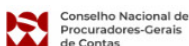


Jamile Bergamaschine

REALIZAÇÃO:



PATROCÍNIO



Procurador-Geral do MPC-MG participa de palestra promovida pelo Instituto Serzedello Corrêa, do TCU

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

No dia 30 de junho, o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, participou de palestra virtual promovida pelo Instituto Serzedello Corrêa, escola de governo do Tribunal de Contas da União (TCU).

A atividade integrou a programação do Grupo de Pesquisa “Fundamentos do Controle Governamental, nas Perspectivas Processual e Sancionadora”, no âmbito do Mestrado Profissional em Controle da Administração Pública do Instituto. O grupo é liderado pelo Professor Odilon Cavallari, Auditor Federal de Controle Externo e Assessor do Ministro do TCU Antonio Anastasia.

O convidado da vez foi José Maurício Conti, Doutor e Professor em Direito Financeiro da Universidade de São Paulo (USP). Em sua exposição, abordou o tema “Gestão e controle no

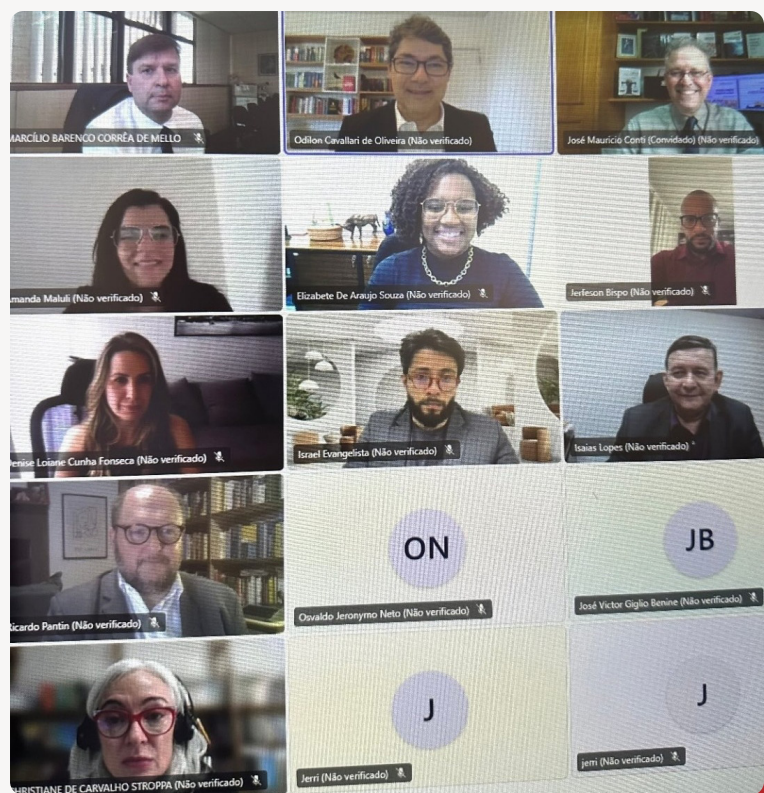


Foto: Reprodução.

federalismo cooperativo: levando o Direito Financeiro a sério diante da realidade brasileira”. Um dos livros do palestrante em que é tratada a temática está disponível para download [aqui](#).

Ao comentar a relevância do tema, Marcílio Barenco destacou:

“

Discutir Direito Financeiro é absolutamente essencial para o fortalecimento das instituições de controle. É nessa interface que aprimoramos os instrumentos de indução a uma gestão pública fiscalmente sustentável.

”


Instituto Serzedello Corrêa


Mestrado Profissional em Controle da Administração Pública

GRUPO DE PESQUISA FUNDAMENTOS DO CONTROLE GOVERNAMENTAL, NAS PERSPECTIVAS PROCESSUAL E SANCIONADORA

Reunião dia 30.06.2025, às 11h, Plataforma Teams

TEMA: GESTÃO E CONTROLE NO FEDERALISMO COOPERATIVO: LEVANDO O DIREITO FINANCEIRO A SÉRIO DIANTE DA REALIDADE BRASILEIRA



Palestrante convidado
JOSÉ MAURÍCIO CONTI
Doutor e Livre-docente em Direito Financeiro (USP)
Professor de Direito Financeiro da USP

Líder do GP: Prof. Dr. Odilon Cavallari

Divulgação/TCU.

MPC-MG ministra palestra sobre atuação ministerial no Encontro Técnico do TCE-MG em Munhuaçu

por LÍLIAN DE OLIVEIRA



Alan de Andrade Pereira durante palestra no Encontro Técnico em Manhuaçu. Foto: TCE-MG.

No dia 26 de junho, o Ministério Público de Contas apresentou palestra sobre a atuação ministerial no Encontro Técnico promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) no Município de Manhuaçu, na Zona da Mata.

A participação no Encontro Técnico, que faz parte do Projeto “Conhecendo o MPC”, coordenado pela Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, foi conduzida pelo servidor Alan de Andrade Pereira, e teve como foco:

- a estrutura e as competências do MPC-MG, com ênfase em suas atribuições voltadas à defesa da legalidade, do patrimônio público e do interesse social;
- a relação institucional e o diálogo contínuo com o TCE-MG, destacando como essa articulação fortalece a fiscalização preventiva e orientação aos gestores públicos;



O palestrante, Alan de Andrade Pereira, assessor do Gabinete da Procuradora-Ouvidora, Elke Moura. Foto: TCE-MG.

- casos exemplares e orientações operacionais aplicadas ao controle externo nos Municípios, com foco na promoção de boas práticas e da transparência administrativa.

MPC-MG participa de Encontro Técnico do TCE-MG em Manhuaçu com palestra sobre atuação ministerial

(continuação)

A exposição reforçou o papel estratégico do MPC-MG na construção de soluções compartilhadas para uma Administração Pública mais ética, eficiente e responsável.

SAIBA MAIS

Os Encontros Técnicos promovidos pelo TCE-MG visam capacitar agentes públicos de todas as regiões do Estado, fortalecen-

do a cultura do controle e o aprimoramento da gestão municipal. As próximas edições ocorrerão nos seguintes Municípios:

- Uberlândia – 7 e 8 de agosto
- Patos de Minas – 18 e 19 de setembro
- Governador Valadares – 16 e 17 de outubro
- Conselheiro Lafaiete – 30 e 31 de outubro
- Contagem – 13 e 14 de novembro. ■

“Conhecendo o MPC”: estudantes de Direito da UFJF mergulham no universo do controle externo

por LÍLIAN DE OLIVEIRA



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, durante a palestra. Foto: Reprodução Google Meet.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais apresentou a instituição, no dia 1º de julho, a estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em mais uma edição do Projeto “Conhecendo o MPC”. A iniciativa, coordenada pela Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, visa estreitar os laços

entre a instituição e a sociedade, promovendo a educação para a cidadania e a compreensão do papel do controle externo.

A palestra, realizada de maneira remota, foi conduzida pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, que abordou as formas de atuação, aspectos

"Conhecendo o MPC": estudantes de Direito da UFJF mergulham no universo do controle externo

(continuação)

históricos, estrutura e competências do MPC-MG, além de esclarecer a sua distinção em relação a outros ramos do Ministério Público.

A atividade permitiu que os graduandos da disciplina de Direito Administrativo Aplicado do 5º período de Direito da UFJF compreendessem, com mais profundidade, o papel do MPC-MG na fiscalização da Administração Pública e sua atuação estratégica no sistema de controle externo.

Também participaram do evento as servidoras Giovanna Bonfanti, Mariana Máximo Batista Marchiori, ambas lotadas no Gabinete da Procu-



Os estudantes da UFJF durante a palestra.

Foto: Reprodução Google Meet.

radora Elke Moura, além dos servidores JK Freitas e Guilherme Fernandes, responsáveis pelo suporte técnico à videoconferência. ■

MPC-MG prestigia lançamento da plataforma "Panorama da Educação", do MPMG

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais marcou presença no lançamento da plataforma "Panorama da Educação – MPMG", realizado no dia 3, durante o "Treinamento para Atuação na Construção da Política Estruturante de Educação". Representado pela Procuradora Cristina Andrade Melo, que também exerce a função de 1ª Tesoureira da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), o MPC-MG reafirmou seu compromisso com o fortalecimento de políticas públicas educacionais baseadas em evidências.

Desenvolvida pelo Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (CAOEDUC), com apoio técnico da Coordenadoria de Planejamento Institucional (Copli), a plataforma é uma ferramenta de *business intelligence* que reúne e organiza



Rafael Henrique Martins Fernandes, Giselle Ribeiro de Oliveira, Cristina Andrade Melo e Hugo Barros de Moura Lima. Foto: MPMG.

mais de dez bases de dados oficiais – entre elas, informações estratégicas fornecidas pelo próprio MPC-MG. Ao integrar esses dados em um ambiente digital intuitivo e robusto, o sistema oferece aos membros do Ministério Público mineiro insumos qualificados para a fis-

MPC-MG prestigia lançamento da plataforma “Panorama da Educação”, do MPMG

(continuação)

calização das políticas educacionais e para a proposição de soluções estruturantes.

A primeira fase da ferramenta contempla exclusivamente dados da educação infantil em âmbito municipal, permitindo identificar falhas na oferta, avaliar a conformidade legal e produzir documentos técnicos de forma ágil e fundamentada. Trata-se de uma ação estratégica vinculada ao projeto “Política Estruturante de Educação: Todos pelo Direito à Educação de Qualidade”, inserido no Planejamento Estratégico 2021-2026 do MPMG.

Durante o evento, a Promotora de Justiça Giselle Ribeiro de Oliveira, Coordenadora do CAOEDUC, apresentou a plataforma como uma resposta concreta à necessidade de atuação ministerial mais técnica, resolutiva e territorializada.

Ao participar do lançamento, a Procuradora Cristina Andrade Melo destacou a relevância da iniciativa e o valor da atuação integrada entre instituições de controle:

“A plataforma ‘Panorama da Educação’, criada pelo MPMG, será uma importante ferramenta para os Promotores que atuam na execução, pois reúne diversos dados oficiais relacionados à educação que se encontram dispersos e muitas vezes de forma não amigável. O MPC-MG, como instituição parceira no controle das políticas públicas de educação, contribuiu com alguns dados sobre educação infantil de todos os Municípios mineiros, obtidos junto ao MEC, e com dados relacionados à execução orçamentária das rubricas destinadas à educação infantil no ano de 2024, produzidos pelo Suricato/TCE-MG a pedido do Parquet de Contas.



A Procuradora Cristina Andrade Melo. Foto: MPMG.

Composição da mesa

Além da Coordenadora do CAOEDUC, Giselle de Oliveira, e da Procuradora Cristina Andrade Melo, compuseram a mesa o Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, Hugo Barros de Moura Lima — que representou o Procurador-Geral de Justiça, Paulo de Tarso Morais Filho —, o Coordenador da Copli, Rafael Martins Fernandes, Promotores e servidores. ■



Foto: Youtube | Reprodução.

MPC-MG no Seminário “Cultura, Controle e Direito”, promovido pelo TCE-MG

por LÍLIAN DE OLIVEIRA



O dispositivo de honra. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou, nos dias 7 e 8, do Seminário “Cultura, Controle e Direito: Troca de olhares, saberes e fazeres”, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG). No primeiro dia, representaram a instituição o Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon), Marcílio Barenco, que compôs o dispositivo de honra, e a Procuradora e 1ª Tesoureira da Ampcon, Cristina Andrade Melo, presente na plateia acompanhando os debates ao lado de mais de 500 participantes. No segundo dia, a Procuradora Maria Cecília Borges prestigiou o evento.

Realizado em parceria com o Ministério da Cultura e com o apoio do MPC-MG, da Ampcon e de outras instituições, o evento reuniu representantes dos poderes públicos, de órgãos de controle e da sociedade civil em torno de uma pauta comum: fortalecer as políticas culturais como direito fundamental, ampliar o acesso de-

mocrático à cultura e consolidar o papel dos Tribunais de Contas como agentes de orientação e garantia do interesse público.

A composição do dispositivo de honra contou com autoridades dos três Poderes, lideranças municipais e estaduais, representantes do setor cultural e conselheiros da Corte mineira.



À frente: Durval Ângelo, Carmém Lúcia, Alencar da Silveira Junior, Álvaro Damião e Marcílio Barenco.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG no Seminário “Cultura, Controle e Direito”, promovido pelo TCE-MG

(continuação)

Margareth Menezes (Ministra da Cultura); Conselheiro Durval Ângelo (Presidente do TCE-MG); Marcílio Barenco (Procurador-Geral do MPC-MG); Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior (Presidente do TJMG); Deputado Estadual Alencar da Silveira Júnior (2º Secretário ALMG); Miguel Ângelo (Deputado Federal); Álvaro Damião (Prefeito PBH); Promotor de Justiça Marcelo Azevedo Maffra (Coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, representando o Procurador-Geral de Justiça, Paulo de Tarso Morais Filho); Maristela Rangel (Subsecretária de Cultura da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais – representando o Secretário Leônidas José de Oliveira); Deputado Estadual Professor Cleiton (Presidente da Comissão de Cultura da ALMG); Prefeito de Machado Maycon Willian da Silva (1º Secretário da Associação Mineira de Municípios (AMM) representando o Presidente); Marília Campos (Prefeita de Contagem); Angelo Oswaldo de Araujo (Prefeito de Ouro Preto e Presidente da Associação das Cidades Históricas); Eliane Parreiras (Secretária Municipal de Cultura de BH); José Márcio de Barros (Presidente do Observatório de Cultura); João Michel Daniel Ferreira (membro do Conselho Nacional de Política Cultural); Janilton Prado (Presidente da Rede de Gestores de Cultura e Turismo de Minas Gerais e Secretário Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Santa Rita do Sapucaí); Ariane Ribeiro (membro dos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural); e João Batista Miguel (Coordenador do TCE Cultural).

Da plateia, também estiveram presentes o Vice-Presidente do TCE-MG, Agostinho Patrus, os Conselheiros em exercício Adonias Monteiro e Telmo Passareli, além do Conselheiro aposentado Sebastião Helvécio.



Cristina Andrade Melo, Sebastião Helvécio, Marcílio Barenco, Agostinho Patrus, Luiz Carlos Corrêa Júnior, Adonias Monteiro, Márcio Tavares dos Santos, Álvaro Damião, Durval Ângelo e Margareth Menezes.

Foto: Daniele Fernandes | TCE-MG.



Michael Vieira Rosa, Agostinho Patrus, Maria Cecília Borges, João Batista Miguel e Adonias Monteiro.

Foto: Daniele Fernandes | TCE-MG.



Cristina Andrade Melo, Sebastião Helvécio e Marcílio Barenco. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG no Seminário “Cultura, Controle e Direito”, promovido pelo TCE-MG

(continuação)

DIA 7**Manhã****Abertura**

O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, destacou o papel pedagógico da Corte no acompanhamento das políticas públicas culturais. Defendeu uma atuação que vá além da análise contábil e se volte à efetividade social dos projetos. Ressaltou ainda a atuação do núcleo TCE Cultural, coordenado por João Batista Miguel, com foco na diversidade, e mencionou o trabalho da comissão que elabora o próximo concurso público do Tribunal. Nesse contexto, valorizou as contribuições do Procurador-Geral do MPC-MG, entre elas, a sugestão de inclusão de cotas para pessoas transgênero, proposta submetida à votação e aprovada dias depois.

A Ministra da Cultura, Margareth Menezes, por sua vez, reafirmou, em sua fala de abertura, que a cultura é um direito de todos e uma ferramenta de transformação social, especialmente para os grupos historicamente marginalizados. Compartilhou sua vivência como mulher negra e periférica, que encontrou na arte e na música instrumentos de emancipação pessoal e coletiva. Destacou ainda os esforços do Ministério da Cultura para ampliar o acesso aos recursos públicos e promover a participação social na construção das políticas culturais e falou da importância da lei que estabelece o marco de fomento à cultura. “A modernização da cultura permitirá que projetos culturais possam sair do papel com mais agilidade, segurança e menos entraves burocráticos”, afirmou. “É preciso que haja compreensão por parte dos Estados, dos Municípios e dos órgãos de fiscalização para auxiliar e estruturar esse ambiente. Isso é determinante para o desenvolvimento da economia criativa das indústrias culturais”, complementou.



Durval Ângelo durante abertura.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Margareth Menezes durante sua fala. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Alencar da Silveira Junior, Álvaro Damião e Marcílio Barenco. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG no Seminário “Cultura, Controle e Direito”, promovido pelo TCE-MG

(continuação)

Conferência de abertura

Em seguida, a Ministra do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia, reforçou o entendimento de que a cultura é um direito fundamental e base da democracia. Em discurso aplaudido de pé, afirmou que “a alma de um povo canta na sua cultura”, defendendo a liberdade de criação e de fruição cultural como expressão da cidadania. Ressaltou que o direito à cultura, assegurado na Constituição, é instrumento de humanização, pluralidade e construção coletiva do país.

Palestra – A Virada de Chave nas Políticas Públicas Culturais no Brasil

Após, Márcio Tavares dos Santos, Secretário Executivo do Ministério da Cultura, ministrou palestra sobre “A Virada de Chave nas Políticas Públicas Culturais no Brasil – O Pacto Federativo e o Sistema Nacional de Cultura”. Para ele, “Essa nova infraestrutura legal que nós temos no país nos propicia, nesse momento, uma janela de oportunidade que talvez não se abra outra vez. E é por isso que esse engajamento de mais de 1 mil inscritos nesse seminário demonstra um compromisso público dos mineiros – mas que posso estender para o país inteiro – com essa agenda e com a consolidação desse novo momento”.



A Ministra do Supremo Tribunal Federal e Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Cármen Lúcia em seu discurso. Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Márcio Tavares dos Santos durante palestra.
Foto: JK Freitas | MPC-MG.



Álvaro Damião ao púlpito. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

MPC-MG no Seminário “Cultura, Controle e Direito”, promovido pelo TCE-MG

(continuação)



O público presente. Foto: JK Freitas | MPC-MG.

Tarde

Mesa 1 – Cultura, desenvolvimento e direitos sociais: a perspectiva social, econômica e territorial

Mediador: João Batista Miguel (Coordenador do Programa TCE Cultural) | **Palestrantes:** Roberta Cristina Martins (Secretária dos Comitês de Cultura do Ministério da Cultura); Ângelo Oswaldo de Araújo (Prefeito de Ouro Preto e Presidente da Associação das Cidades Históricas Mineiras); José Márcio Barros (Professor PUC Minas/UEMG – Observatório da Diversidade Cultural); e Damiana Campos, do Pontão de Cultura Travessia Sertão Gerais.

Mesa 2 – Novo regime jurídico de fomento à cultura e os desafios para sua implementação

Mediador: Thiago Rocha Leandro (Diretor de Assistência Técnica a Estado, DF e Municípios – Ministério da Cultura) | **Palestrantes:** Áurea Carolina de Freitas (ex-Deputada Federal) e Kizzy Colares Antunes (Consultora Jurídica do Ministério da Cultura).

DIA 8

Manhã

Mesa 3 – Experiências federativas na implementação da nova legislação da Cultura no Brasil

Mediador: Daniel Martins e Avelar (Subcontrolador de correições do Município de Belo Horizonte) | **Facilitadoras:** Eliane Parreiras (Secretária Municipal de Cultura de Belo Horizonte e Presidente do Fórum Nacional de Secretários e Gestores de cultura das capitais e Municípios Associados) e Maristela Rangel (Subsecretária de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais).

Mesa 4 – Editais com o marco de fomento à cultura na prática: etapas fundamentais e análise jurídica

Mediadora: Mariana Figueiredo Moreira da Rocha Gonçalves (Assessora Jurídica da Procuradoria-Geral do Município de BH na Secretaria Municipal de Cultura e Diretora Jurídica da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte) | **Facilitadoras:** Laís Al-

MPC-MG no Seminário “Cultura, Controle e Direito”, promovido pelo TCE-MG

(continuação)

ves Valente (Coordenadora-Geral de Instrumentos Técnicos e Jurídicos MinC) e Cecília Nunes Rabelo (Advogada, associada fundadora e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais).

Tarde

Conferência – Prestação de contas e foco no objeto

Conferencistas: Mariana Duarte Leão (Promotora de Justiça Ministério Público de Minas Gerais) e Ericka Gavinho (Advogada e Pesquisadora de Políticas Culturais).

Mesa 5 – O novo cenário de monitoramento e prestação de contas no fomento cultural com foco no cumprimento do objeto

Mediadora: Marina Pimenta Fraga Maselli (Consultora-Geral Adjunta do TCEMG) | **Palestrantes:** Ana Vitoria Piaggio Albuquerque (da Assessoria Especial de Controle Interno do MinC), Gustavo Vidigal (Diretor-Geral do TCE-MG), Marcílio Toscano Franca Filho (Pro-



Durval Ângelo, em seu discurso de encerramento.

Foto: Daniele Fernandes | TCE-MG.

curador-Geral do MPC-PB) e Sandro Regueira Santos (Subsecretário de Gestão de Prestação e Tomadas de Contas do MinC).

Encerramento

Em sua fala, Durval Ângelo, Presidente do TCE-MG, convidou os presentes a refletir sobre a importância de “que a cultura faça parte desse modo de viver, de reagir e de construir aquilo que é fundamental na vida. A vida não existe sem os símbolos, a vida não existe sem sonhos (...) Vamos transformar o nosso sonho em mudança”. ■

Com apoio do MPC-MG, Tribunal de Contas aprova reserva de vagas para pessoas trans em seus concursos

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

Em sessão do Pleno, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) aprovou, nesta quarta-feira, 9, por unanimidade, a adoção de ações afirmativas inéditas nos concursos públicos para seus cargos efetivos, incluindo a reserva de 2% das vagas para pessoas transgênero. A proposta teve o apoio do Procurador-Geral do Ministério Público de

Contas de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco.

O Assunto Normativo aprovado, de relatoria do Conselheiro em exercício Licurgo Mourão, estabelece também a reserva de 30% das vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e

Com apoio do MPC-MG, Tribunal de Contas aprova reserva de vagas para pessoas trans em seus concursos

(continuação)

quilombolas, totalizando 32% das vagas destinadas a grupos historicamente marginalizados. A normativa ainda mantém a reserva legal de, no mínimo, 5% das vagas para pessoas com deficiência, conforme previsto na legislação vigente. Os percentuais serão aplicados sempre que o concurso público ofertar três ou mais vagas.

A iniciativa representa um marco de inclusão no âmbito dos Tribunais de Contas. Ao manifestar-se durante a sessão, Marcílio Barenco destacou a medida como expressão concreta dos princípios constitucionais de solidariedade e justiça social:

“Uma sociedade livre é permitir que as pessoas exerçam suas liberdades ainda que não sejam aquelas que nós professamos. Uma sociedade justa é aquela que inclui, dentro do nosso círculo de convívio, aqueles que estão excluídos. Sem a inclusão, não há justiça e, sobretudo, a solidariedade. Agora, essas pessoas podem ter uma compensação por anos de exclusão. Isso também faz parte do princípio da solidariedade.

de. Sobretudo, este Tribunal de Contas pode inspirar a Assembleia Legislativa a trazer um normativo legislativo que contemple tudo isso. Gostaria de solicitar a Vossa Excelência, Presidente Durval, que compartilhe ao Presidente da Assembleia o teor deste ato normativo para que possa inspirá-lo a editar normas que contemplem a inclusão de igual forma.

O Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, celebrou a aprovação como um momento histórico e, em resposta à solicitação de Barenco, conclamou os demais órgãos públicos a adotarem medidas semelhantes:

“Temos que ter a visão de um mundo onde caibam todos os mundos. Não podemos ter uma visão de mundo restrita.”

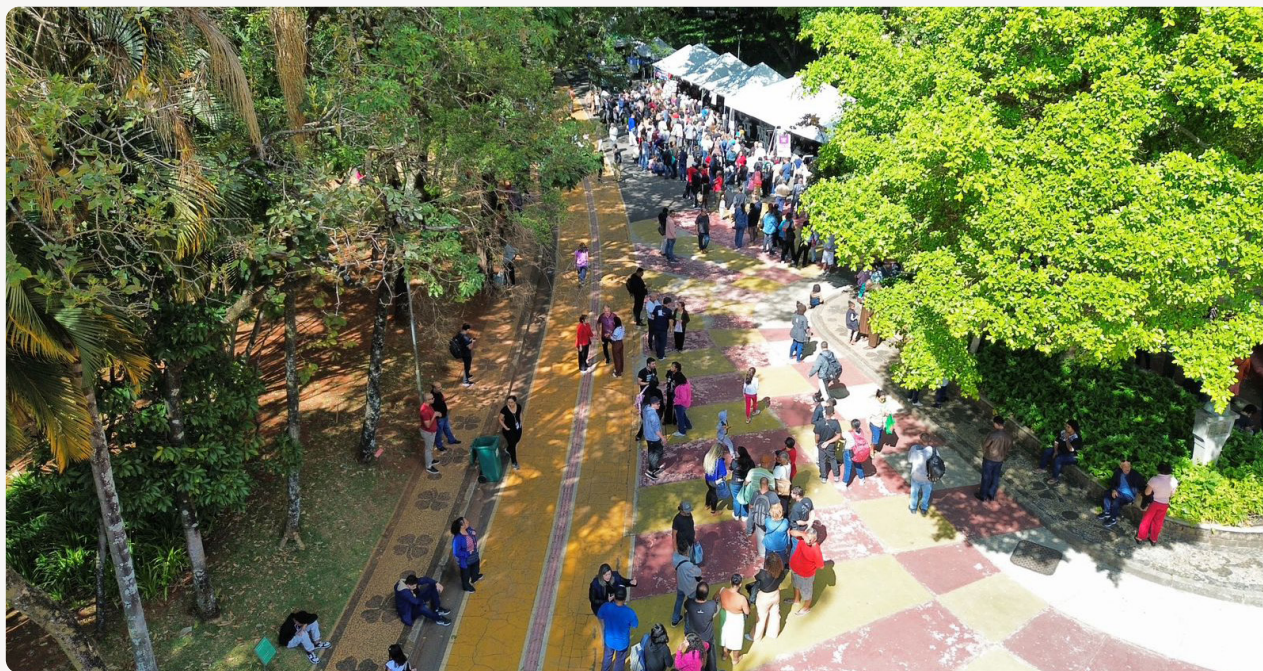
Conforme aprovado, os editais de concursos do TCE-MG passarão a trazer a previsão expressa do número de vagas reservadas, e a participação no sistema de cotas se dará por autodeclaração, com previsão de apuração administrativa em caso de indício de fraude. ■

Confira a fala completa de Marcílio Barenco clicando na imagem!



População conhece de perto o trabalho do MPC-MG durante Ouvidoria Itinerante 2025, em Belo Horizonte

por LÍLIAN DE OLIVEIRA



Vista de cima dos estandes das instituições presentes no Ouvidoria Itinerante 2025. Foto: Rede Ouvir/MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou, nos dias 8 e 9, da edição 2025 do projeto Ouvidoria Itinerante, realizada no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, no centro de Belo Horizonte. A iniciativa, organizada pela Rede Mineira de Ouvidorias – Rede Ouvir/MG, reuniu diversos órgãos públicos em uma ação conjunta de escuta ativa, orientação e prestação de serviços gratuitos à população.

A presença do MPC-MG no evento foi coordenada pela Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, e contou com a atuação direta dos servidores Giovanna Bonfante e Rodrigo Gatti, que estiveram à frente do atendimento no estande da instituição.

Antes da abertura ao público, os integrantes da Rede Ouvir/MG, da qual o MPC-MG faz parte, participaram de reunião de alinhamen-



Os servidores do MPC-MG Rodrigo Gatti e Giovanna Bonfante. Foto: Acervo pessoal.

to para organização das atividades e fortalecimento da atuação articulada entre as instituições presentes.

População conhece de perto o trabalho do MPC-MG durante Ouvidoria Itinerante 2025, em Belo Horizonte

(continuação)

Durante os dois dias, o estande do MPC-MG recebeu o público com orientações sobre a atuação do órgão na fiscalização do uso dos recursos públicos e na defesa do interesse coletivo. Os visitantes também puderam entender melhor as diferenças entre as atribuições do Ministério Público de Contas e as do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG), além de saber como utilizar a Ouvidoria para registrar denúncias, elogios, pedidos de informações e outras manifestações.

Um dos destaques de participação foi o reconhecimento espontâneo de uma cidadã que procurou o estande do *Parquet* de Contas para elogiar a atuação do MPC em um caso específico que resultou na celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta de Gestão com um órgão público estadual, demonstrando que o trabalho desenvolvido está sendo, cada vez mais, reconhecido pela sociedade.

A participação do Ministério Público de Contas no Ouvidoria Itinerante integra as ações desenvolvidas pela Procuradora Elke Moura à frente da Ouvidoria do órgão ministerial, com o apoio de sua equipe técnica, para fortalecer os canais de escuta e aproximação com a sociedade. ■



Equipes das Ouvidorias do MPC-MG e TCE-MG.
Foto: Acervo pessoal.



Estande do MPC-MG. Foto: Acervo pessoal.



Representantes das instituições que integram a Rede Ouvir/MG. Foto: Rede Ouvir/MG.

De Cancún a Belo Horizonte: MPC-MG recebe intercambista mexicana

por LÍLIAN DE OLIVEIRA



A estudante Sabina Pastaccini ao lado da Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg, em visita às instalações do MPC-MG. Foto: Ana Lima | MPC-MG.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais recebeu, no dia 10, a estudante Sabina Pastaccini, da Universidad Anáhuac Cancún, no México. Ela participa do Intercâmbio de Novas Gerações (NGSE), iniciativa do Rotary International que aproxima jovens de diferentes países por meio de experiências profissionais e culturais.

Sabina foi recebida pela Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg, que a conduziu por uma breve imersão no funcionamento do MPC-MG e nas atribuições do órgão perante o sistema de controle externo.

Durante o percurso, a estudante mexicana conheceu os espaços do *Parquet*, o plenário do Tribunal de Contas e a Casa dos Contos.



A estudante Sabina Pastaccini ao lado da Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg, em visita às instalações do MPC-MG. Foto: Ana Lima | MPC-MG.

De Cancún a Belo Horizonte: MPC-MG recebe intercambista mexicana

(continuação)

Para Sara Meinberg:



O que compartilhamos foi mais que informação: foi um gesto de abertura institucional ao diálogo, à formação e às formas diferentes de entender a coisa pública.

SAIBA MAIS

O Intercâmbio de Novas Gerações – New Generations Service Exchange (NGSE) – é um programa internacional promovido pelo Rotary International, voltado a estudantes e jovens profissionais de 18 a 30 anos. De curta duração e com foco vocacional, o programa promove experiências em diversas áreas – como direito, saúde, educação e administração pública – com o objetivo de estimular o desenvolvimento profissional, a compreensão intercultural e a liderança humanitária.



Sara Meinberg e Sabina Pastaccini na Casa dos Contos.
Foto: Guilherme Fernandes | MPC-MG.

No caso específico de Sabina, a visita integra o intercâmbio entre o Distrito 4195, que cobre o Sudeste do México (incluindo Cancún), e o Distrito 4760, que abrange a Região Metropolitana de Belo Horizonte, as Regiões Noroeste e Centro-Oeste de Minas Gerais, além do Alto Paranaíba. ■



Sabina Pastaccini, em companhia da Procuradora-Corregedora, Sara Meinberg, conhece o Plenário do TCE-MG.
Foto: Guilherme Fernandes | MPC-MG.

MPC-MG e MPF emitem recomendações conjuntas pela despoluição da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte

por Gabinete Maria Cecília Borges



Esgoto sem tratamento ainda deságua na Lagoa da Pampulha. Foto: Acervo pessoal.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal (MPF) emitiram recomendações conjuntas, direcionadas à Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e ao Município de Contagem, visando intensificar esforços no combate à poluição da Lagoa da Pampulha, patrimônio tombado em níveis federal (1997), estadual (1984) e municipal (2003), bem como fiscalizar e acompanhar a regular gestão dos recursos públicos.

As recomendações foram emitidas em razão do acompanhamento que vem sendo feito, periodicamente, do acordo firmado entre o

Ministério Público, os Municípios de Belo Horizonte e Contagem e a Copasa, em 2022, e que previa a adoção de medidas voltadas para o fim do despejo de esgoto, fundamental para a despoluição da Lagoa da Pampulha. Os documentos têm como objeto a intensificação de ligações de esgoto em sua bacia hidrográfica, enfatizando a responsabilidade ambiental e as consequências legais para o não cumprimento das normas legais de saneamento.

Na Lagoa da Pampulha, deságuam diversos afluentes, que recebem efluentes domésticos e industriais de vários bairros da região metropolitana de Belo Horizonte.

MPC-MG e MPF emitem recomendações conjuntas pela despoluição da Lagoa da Pampulha, em Belo Horizonte**(continuação)**

As recomendações – A **Recomendação Conjunta nº 01/2025** aborda a questão dos imóveis residenciais sem ligação à rede pública de esgoto na Bacia Hidrográfica da Lagoa da Pampulha. Quando o acordo foi homologado, em 2022, milhares de imóveis no entorno da bacia ainda não possuíam conexão ao sistema de esgoto, classificados como ‘factíveis’ – com rede disponível, mas não conectados – e ‘potenciais’ – sem rede coletora disponível. Um relatório de janeiro deste ano da Copasa, empresa estatal da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, indica que apenas parte dessas ligações foram finalizadas, o que representa menos da metade da meta estabelecida.

Para que tal recomendação seja cumprida e os seus objetivos sejam atingidos, conta-se com a colaboração do Conselho Municipal de Vilas, Favelas e Periferias de Contagem, que se traduz numa instância colegiada e consultiva, composto pela participação de representantes eleitos. A iniciativa do Município de Contagem na constituição de tal conselho merece reconhecimento, vez que ao criar um canal direto de comunicação entre as autoridades municipais e os moradores desses locais, seja levando informação à população, seja trazendo suas demandas à Administração Pública, viabilizam-se a participação social e seu engajamento na solução dos problemas.

Já a **Recomendação Conjunta nº 02/2025** foca nos efluentes não domésticos, definidos como resíduos líquidos provenientes de uso de água para fins industriais, comerciais ou de prestação de serviços, que adquirem características diferentes do esgoto doméstico.

A efetiva ligação desses imóveis à rede coletora e a realização do pré-tratamento ou tratamento de efluentes não domésticos são fundamentais para eliminar o despejo de esgoto não tratado nos cursos d’água da Bacia,

contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da água da Lagoa da Pampulha e para um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à saúde e ao bem-estar da população.

Nesse particular, cumpre mencionar que o Município de Contagem demonstrou preocupação com a importância do meio ambiente, dos recursos públicos e do tratamento dos efluentes não domésticos e sua correta destinação, ao instituir, por meio do Decreto nº 1.590, de junho de 2025, o Programa de Estímulo à Regularização Ambiental (PERA). Tal programa tem por objetivos orientar os empreendedores quanto à legislação ambiental, bem como advertir quanto às suas responsabilidades vinculadas à atividade econômica.

As ações recomendadas incluem a ligação dos imóveis factíveis à rede da Copasa; a notificação formal de ocupantes sobre a obrigatoriedade da ligação e as consequências do não cumprimento; a realização de atividades fiscalizatórias; a exigência de laudo de esgotamento sanitário emitido pela Copasa, para emissão ou renovação de alvarás de funcionamento e de licenças; a promoção de ampla publicidade sobre o conteúdo das recomendações, para intensificação da conscientização ambiental.

O Ministério Público esclarece que medidas cíveis e criminais poderão ser adotadas contra os particulares que não cumprirem as normativas de saneamento, após o cumprimento das medidas administrativas pela Copasa e pelo Município de Contagem.

Confira as recomendações:

Recomendação Conjunta nº 1/2025
Recomendação Conjunta nº 2/2025 ■

MPC-MG participa de Foro Internacional de Segurança Digital na Colômbia

por Simone Pereira



Elke Moura, Procuradora-Ouvidora do MPC-MG; Marcílio Barenco, Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Amcon; Licurgo Mourão, Conselheiro em exercício do TCE-MG; e o Procurador do MPC-MG Glaydson Massaria. Foto: Acervo pessoal.

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais participou, entre os dias 21 e 24 de julho, do Foro Internacional de Segurança Digital, realizado em Cartagena das Índias, na Colômbia. Na oportunidade, o MPC-MG foi representado pelo Procurador-Geral e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Amcon), Marcílio Barenco, pela Procuradora-Ouvidora, Elke Moura, e pelo Procurador Glaydson Massaria.

Voltado a lideranças de instituições públicas estratégicas, o encontro reuniu especialistas de diversos países para discutir os riscos crescentes dos ataques cibernéticos e seus impactos sobre a Administração Pública. Representantes de Tribunais e Ministérios Públicos de



Léo da Silva Alves, Elke Moura, Marcílio Barenco e Sebastião Helvecio. Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG participa de Foro Internacional de Segurança Digital na Colômbia

(continuação)

diferentes regiões do Brasil e de outros países marcaram presença no evento, como o Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão e o Conselheiro aposentado do TCE-MG Sebastião Helvécio.

Para o Procurador-Geral, Marcílio Barenco, a presença do MPC-MG aponta para o compromisso da instituição com a integridade digital e a defesa da gestão pública responsável:

“Vivemos um momento em que o domínio técnico sobre os riscos digitais é tão essencial quanto o domínio jurídico. A atuação do Ministério Público de Contas deve incorporar essa perspectiva: entender as ameaças, fortalecer mecanismos de prevenção e proteger os dados e as informações sob nossa responsabilidade.”



Marcílio Barenco em sua exposição, ao lado do Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão.

Foto: Acervo pessoal.

O MPC-MG no evento

Na manhã do dia 22, a Procuradora-Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura, presidiu uma das mesas do evento, conduzindo os trabalhos com autoridades acadêmicas e especialistas internacionais. Na ocasião, foram apresentadas as conferências da pesquisadora colombiana Sharinne Royero, sobre o “Sistema de Autocontrol y Gestión del Riesgo”, e do professor Dairon Torrado, da Universidad Libre Seccional Barranquilla, com o tema “El precio de la personalización: ¿Hasta dónde llegan las empresas con tus datos?”.

Já na manhã do dia 23, o Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, também presidiu mesa temática com especialistas em tecnologia e justiça digital. Foram apresentadas as conferências do engenheiro de sistemas do Tribunal Administrativo de Bolívar, Luis Gabriel Gómez Rocha, sobre



A Procuradora-Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura, preside a mesa. Foto: Acervo pessoal.

MPC-MG participa de Foro Internacional de Segurança Digital na Colômbia

(continuação)

os “Desafios para manter las plataformas salvaguardas de ataques hackers y fugas de datos”, e de Jhonatan Guerrero Quiroga, representante da Polícia Nacional da Colômbia, que apresentou a atuação do Centro Cibernético da corporação. Também participou da mesa o Conselheiro em exercício do TCE-MG Licurgo Mourão.



Licurgo Mourão, Marcílio Barenco, Elke Moura e Glaydson Massaria. Foto: Acervo pessoal.

A programação contou com exposições técnicas, cooperação científica e painéis interativos com tradução simultânea. O evento, presidido pelo Professor Léo da Silva Alves, também ofereceu espaço para troca de experiências entre autoridades, pesquisadores e especialistas internacionais em cibersegurança. ■



Marcílio Barenco ao lado de Licurgo Mourão. Foto: Acervo pessoal.

Parceria do MPC-MG com TCE-MG visa arrecadar livros para a Federação Nacional das APACs

por LÍLIAN DE OLIVEIRA

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais é parceiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) na campanha de arrecadação de livros literários destinados à Federação Nacional das APACs (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).

Podem ser doadas obras de literatura, auto-ajuda, culinária, artesanato, arteterapia e idiomas. A iniciativa busca contribuir com a



MPC-MG apoia campanha do TCE-MG de arrecadação de livros para a Federação Nacional das APACs

(continuação)

formação, o bem-estar e a reintegração de pessoas privadas de liberdade por meio do acesso à leitura.

A Biblioteca do TCE-MG é a unidade responsável pelo recebimento, triagem e armazenagem

dos exemplares, que serão posteriormente entregues à FBAC.

As doações podem ser feitas até o dia **29 de agosto**. Participe! ■

MPC-MG apoia II Encontro Nacional da Primeira Infância, que ocorrerá na capital mineira em agosto

por *Lilian de Oliveira*

Nos dias 27, 28 e 29 de agosto, Belo Horizonte será sede do II Encontro Nacional da Primeira Infância (ENAPI), promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), com o apoio do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG) e da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (Ampcon). Também apoiam o evento a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC).

O evento acontecerá no Minascentro e deve reunir cerca de mil participantes por dia, com programação que inclui a apresentação dos resultados das auditorias coordenadas sobre políticas públicas para a primeira infância, realizadas pelos Tribunais de Contas entre abril e junho deste ano. Também serão debatidas estratégias para ampliar a efetividade das ações voltadas às crianças de zero a 6 anos.

Para o Procurador-Geral do MPC-MG e Presidente da Ampcon, Marcílio Barenco, o evento é uma oportunidade de aprimoramento da



atuação dos órgãos de controle externo frente a uma das políticas mais relevantes do ponto de vista social.

“A atuação técnica e preventiva do controle externo é fundamental para garantir a efetividade de ações dirigidas à primeira infância. A transversalidade dessa pauta exige integração, monitoramento contínuo e avaliação de resultados.”

Inscreva-se **aqui!** ■

II CONAPCD promove em setembro debate intersetorial sobre os direitos das pessoas com deficiência

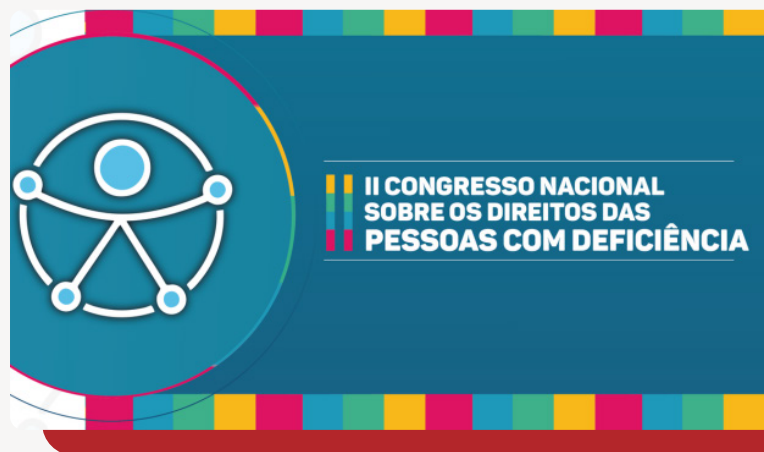
por LÍLIAN DE OLIVEIRA

O Estádio Mineirão, em Belo Horizonte, receberá nos dias 1º e 2 de setembro o II Congresso Nacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CONAPCD). O evento é promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais e reunirá especialistas, instituições públicas e privadas, além da sociedade civil, para debater temas fundamentais sob uma perspectiva interseccional. A abertura contará com a participação da Defensora Pública-Geral de Minas Gerais, Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias.

O encontro tem como objetivo fomentar o debate qualificado, intersetorial e inclusivo sobre os direitos das pessoas com deficiência, reunindo especialistas, instituições públicas, sociedade civil organizada e demais atores estratégicos da área, como o Defensor Público e Coordenador Estratégico de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da DPMG, Luis Renato Braga Arêas Pinheiro.

Com uma programação diversa, o Congresso abordará temas como justiça climática, educação inclusiva, maternidade atípica, capacidade jurídica da pessoa com deficiência, desinstitucionalização, moradia para vida independente e inclusão no mercado de trabalho. Também integra a programação o Concurso de Teses e Práticas Exitosas, com experiências desenvolvidas no âmbito das Defensorias Públicas.

As inscrições são gratuitas e estão abertas até o dia 31 de julho, com possibilidade de participação presencial ou virtual. Para o MPC-MG, o evento fortalece o diálogo entre instituições e promove avanços concretos na garantia de direitos e na construção de políticas públicas mais acessíveis e justas.



Saiba mais

O MPC-MG integra a Rede de Proteção desde setembro de 2022, quando aderiu ao Projeto Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção, por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 090/2021, concebido pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG).

A Rede de Proteção atua em dois eixos fundamentais:

- Educação em Direitos: realização de curso de capacitação (interdisciplinar), seminários, congressos, entrevistas de conscientização na mídia escrita, rádio e televisão, campanhas de orientações em direitos etc.
- Promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência mediante articulação estratégica e técnica das instituições da Rede de Proteção tendo como foco a atuação extrajudicial e preventiva, utilizando-se os métodos adequados de solução de conflitos.

Inscreva-se **aqui!** ■

Procurador-Geral do MPC-MG participa de curso de aperfeiçoamento “Financiamento da Educação no Brasil”

por Simone Pereira

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais e Presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco, participou do 1º dia do curso de aperfeiçoamento “Financiamento da Educação no Brasil”, realizado entre 30 e 31 de julho, na sede da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), em Brasília.

Além dos membros dos *Parquets* de Contas, o encontro reuniu membros e servidores do MPF, MPDFT, CNMP, MPs estaduais que atuam na temática, além do público externo (magistrados, advogados e defensores). Na ocasião, também marcaram presença o Procurador do MPTCU e Vice-Presidente da Ampcon, Rodrigo Medeiros; a Procuradora-Geral do MPTCU e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), Cristina Machado; e a Procuradora do MPC-SP Élidea Graziane Pinto.

Com o objetivo de qualificar a atuação dos membros do Ministério Público e do próprio sistema de justiça em face dos desafios da



Marcílio Barenco, ao lado de Élidea Graziane Pinto, Cristina Machado e Rodrigo Medeiros. Foto: Acervo pessoal.

aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), riscos e oportunidades de atuação coordenada, bem como fomentar a adoção de estratégias uniformes e coordenadas na temática, o curso teve como orientadora pedagógica a Procuradora da República Niedja Gorete de Almeida Rocha Kaspary. ■



Cristina Machado palestrando. Foto: Acervo pessoal.



Lucas Sachesida ao lado de Cristina Machado e Rodrigo Medeiros. Foto: Acervo pessoal.

LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

Comentários ao artigo 14 da LGPD - dados pessoais de crianças e adolescentes: proteção reforçada

Você sabia que os dados pessoais de crianças e adolescentes recebem proteção reforçada pela Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD¹)? O artigo 14² da lei impõe que o tratamento de dados nesses casos só pode ser feito com consentimento específico e em destaque dado pelo menos um dos pais ou responsável legal.

O uso das informações deve estar voltado exclusivamente ao melhor interesse da criança e do adolescente, sendo que os controladores deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para os exercícios dos direitos a que se refere o art. 18³ da LGPD.

Apenas nos casos em que for necessário contatar os pais ou responsáveis ou para proteção das crianças, poderão ser coletados os seus dados pessoais sem o consentimento, devendo ser utilizados uma única vez e sem armazenamento, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento dos pais ou responsáveis.

Lidar com os dados de crianças é uma questão ética e responsabilidade social.

Proteger os dados das crianças e adolescentes é cuidar do presente com foco no futuro. A responsabilidade com a segurança do ambiente virtual de hoje se refletirá na dignidade e desenvolvimento das novas gerações.

FONTE

¹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>.

² Art. 14. O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deverá ser realizado em seu melhor interesse, nos termos deste artigo e da legislação pertinente.
§ 1º O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.
§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública a informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

LEX DATA
(continuação)**FONTE (continuação)**

§ 3º Poderão ser coletados dados pessoais de crianças sem o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, utilizados uma única vez e sem armazenamento, ou para sua proteção, e em nenhum caso poderão ser repassados a terceiro sem o consentimento de que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º Os controladores não deverão condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo em jogos, aplicações de internet ou outras atividades ao fornecimento de informações pessoais além das estritamente necessárias à atividade.

§ 5º O controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento a que se refere o § 1º deste artigo foi dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

§ 6º As informações sobre o tratamento de dados referidas neste artigo deverão ser fornecidas de maneira simples, clara e acessível, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, com uso de recursos audiovisuais quando adequado, de forma a proporcionar a informação necessária aos pais ou ao responsável legal e adequada ao entendimento da criança.

3 Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial; (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019) Vigência

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.



MPC-MG EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional (CAOP)

Confira a movimentação processual entre o **MPC-MG** e o **TCE-MG** referente ao mês de **JUNHO**.

1.467

PROCESSOS **ENTRARAM**

1.602

PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER,
DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

12 Notícias de Irregularidades

05 Procedimentos Preparatórios

01 Assunto Administrativo

01 Inquérito Civil



COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Informativo nº 1.182

Resumo: “É constitucional lei estadual de iniciativa do Poder Executivo local que, durante sua tramitação, foi objeto de emendas legislativas que modificaram a natureza do projeto de lei ordinária para lei complementar, desde que essas emendas tenham pertinência temática e não impliquem aumento de despesas” (ADPF 1.092/SE, Relator: Ministro André Mendonça | Redator do acórdão: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 14.6.2025).

Resumo: “É formalmente inconstitucional – por violação ao devido processo legislativo (CR/1988, art. 59 e seguintes) e ao princípio democrático

(CR/1988, art. 1º, *caput*) – dispositivo legal que, em razão de erro material, figurou na redação final de projeto de lei sem a devida deliberação pelo Congresso Nacional” (ADI 7.231/DF, Relator: Ministro Flávio Dino, julgamento virtual finalizado em 14.6.2025).

Informativo nº 1.183

Resumo: “É constitucional – por observar os limites do poder regulamentar e promover a reconstrução da política pública de controle de armas – a regulamentação do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003) pelos Decretos nº 11.366/2023 e nº 11.615/2023” (ADC 85/DF, Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 24.6.2025).

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Informativo nº 854

Destaque: “O abono de permanência, dada sua natureza remuneratória e permanente, integra a base de incidência das verbas calculadas sobre a remuneração do servidor público, tais como o adicional de férias e a gratificação natalina (13º salário)” (REsp 1.993.530-RS e REsp 2.055.836-PR, Relatora: Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 11.6.2025. Tema 1233).

Destaque: “A vedação ao reexame necessário da sentença de improcedência ou de extinção do processo sem resolução do mérito, prevista pelos art. 17, § 19, IV, c/c o art. 17-C, § 3º, da Lei de Improbidade Administrativa, com redação dada pela Lei nº 14.230/2021, não se aplica aos processos em curso, quando a sentença for anterior à vigência da Lei nº 14.230/2021” (REsp 2.117.355-MG, REsp 2.118.137-MG e REsp 2.120.300-MG, Relator: Ministro Teodoro Silva Santos, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 11.6.2025. Tema 1284).



COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

Destaque: “O oferecimento de fiança bancária ou de seguro garantia, desde que corresponda ao valor atualizado do débito, acrescido de 30% (trinta por cento), tem o efeito de suspender a exigibilidade do crédito não tributário, não podendo o credor rejeitá-lo, salvo se demonstrar insuficiência, defeito formal ou inidoneidade da garantia oferecida” (REsp 2.037.787-RJ, REsp 2.007.865-SP e REsp 2.050.751-RJ, Relator: Ministro Afrânio Vilela, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 11.6.2025. Tema 1203).

Informativo nº 855

Destaque: “O período de recebimento do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, em razão de tutela provisória posteriormente revogada, não pode ser somado ao seu tempo de contribuição com a finalidade de obter a aposentadoria” (REsp 1.457.398-SE, Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 13.5.2025, DJEN 21.5.2025).

**Edição Extraordinária nº 25**

Destaque: “A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não configurando confisco ou enriquecimento ilícito do Estado” (MS 26.106-DF, Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 5.6.2025, DJEN 13.6.2025).

Destaque: “A contratação temporária de terceiros para atender necessidade transitória de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição da República, não configura, por si só, a preterição dos candidatos regularmente aprovados, nem a existência de cargos efetivos vagos” (AgInt no RMS 70.802-MG, Relator: Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 8.4.2025, DJEN 30.4.2025).

Destaque: “O candidato que teve a prova oral em concurso público anulada e refeita, ao obter nota inferior àquela objeto da anulação, não tem direito à nota anteriormente atribuída, por se tratar de ato nulo, destituído de efeitos jurídicos” (RMS 73.454-RS, Relator: Ministro Afrânio Vilela, Segunda Turma, por unanimidade, julgado em 26.3.2025, DJEN 1º.4.2025).

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim de jurisprudência nº 542

Licitação. Consórcio. Poder discricionário. Participação. Vedação. Edital de licitação. Justificativa.

No âmbito da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o silêncio do edital acerca da participação de consórcio de empresas em certame licitatório equivale à sua autorização, ao passo que a decisão quanto à vedação dessa participação, por ser discricionária, deve estar pre-

vista no instrumento convocatório e devidamente motivada no processo administrativo (art. 15 da Lei nº 14.133/2021) (Acórdão 1170/2025 – Plenário. Denúncia. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus).

Pessoal. Remoção de pessoal. Interesse privado. Servidor público. Cônjuge. Vínculo empregatício. Rompimento.

O servidor público removido a pedido para acompanhar o cônjuge deslocado no interesse da Administração (art. 36, parágrafo único, inciso III, alínea

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

a, da Lei nº 8.112/1990), diante de superveniente rompimento do vínculo funcional deste, tem o direito de permanecer na nova lotação, em observância à proteção da unidade familiar (art. 226 da Constituição da República) (Acórdão 1193/2025 – Plenário. Administrativo. Relator: Ministro Jorge Oliveira).

Boletim de jurisprudência nº 543**Responsabilidade. Débito. Culpa. Individualização. Solidariedade. Princípio da proporcionalidade. Reparação do dano.**

Caso haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa de algum dos responsáveis solidários e o montante do dano ao erário, o TCU pode aplicar o art. 944, parágrafo único, do Código Civil para reduzir equitativamente o débito individualmente imputado, desde que mantida a obrigação de reparação integral em face de outros responsáveis (Acórdão 1249/2025 – Plenário. Tomada de Contas Especial. Redator: Ministro Jorge Oliveira).

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Abrangência. Administração Pública. Sanção administrativa.

A participação de empresa em certame licitatório com o intuito de contornar sanção de licitar e contratar imposta pela Administração Pública a outra empresa caracteriza fraude à licitação, cabendo a declaração de inidoneidade (art. 46 da Lei nº 8.443/1992) de ambas (Acórdão 1273/2025 – Plenário. Representação. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus).

Boletim e jurisprudência nº 544**Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Abrangência. Sigilo. Orçamento estimativo. Proposta de preço. Identidade.**

A apresentação de propostas com preços unitários idênticos aos contidos no orçamento estimativo, não constante do edital, denota acesso indevido a informações sigilosas pelas licitantes, o que compromete a isonomia e a competitividade do certame, configurando fraude à licitação a justificar a aplicação da sanção de inidoneidade prevista no

46 da Lei nº 8.443/1992, independentemente de as empresas terem obtido vantagem direta ou vencido o processo licitatório (Acórdão 1280/2025 – Plenário. Pedido de Reexame. Relator: Ministro Benjamin Zymler).

Responsabilidade. Contrato administrativo. Fiscal. Excesso. Trabalho. Condições de trabalho.

O fiscal de contrato designado, diante da sobrecarga de trabalho para exercer adequadamente suas competências, em razão de elevado número de contratos já sob sua fiscalização, deve comunicar a situação a seus superiores, para adoção das medidas pertinentes, sob risco de vir a responder por eventual prejuízo causado ao erário (Acórdão 3053/2025 – Segunda Câmara. Recurso de Reconsideração. Relator: Ministro Aroldo Cedraz).

Boletim de jurisprudência nº 545**Gestão administrativa. Administração federal. Resolução consensual. Regulamentação. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.**

Havendo regramento especial que estabeleça, para determinada entidade ou contexto, mecanismo para solução consensual de conflitos entre a Administração e os interessados, a sua utilização deve ser privilegiada em detrimento da aplicação direta do art. 26 da Lindb (Decreto-Lei nº 4.657/1942), por esta se tratar de norma geral. (Acórdão 1348/2025 – Plenário. Representação. Revisor: Ministro Jorge Oliveira).

Direito Processual. Princípio da independência das instâncias. Decisão judicial. Ação civil. Nulidade. Acórdão. Mérito. Arquivamento.

Havendo decisão judicial transitada em julgado proferida em ação civil, que diverge do mérito de acórdão condenatório do TCU em tomada de contas especial e o declara nulo, deve o TCU, no caso de inviabilidade do ajuizamento de ação rescisória, tornar sua decisão insubsistente e arquivar as contas do responsável, pois a coexistência de dois provimentos antagônicos representa ofensa à coisa julgada e à segurança jurídica. Como o objeto do controle judicial não foi a mera conduta do responsável, mas a própria deliberação de mérito do

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

TCU, não prevalece o princípio da independência das instâncias (Acórdão 3249/2025 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer).

Boletim de jurisprudência nº 546**Direito Processual. Processo de controle externo. Resolução consensual. Determinação. Recomendação. Cabimento.**

Não são cabíveis recomendações e determinações em processos de solicitação de solução consensual, por não se tratar de atuação do TCU na atividade de controle externo em sentido estrito (Acórdão 1369/2025 – Plenário. Solicitação de Solução Consensual. Relator: Ministro Bruno Dantas).

Direito Processual. Princípio da independência das instâncias. Princípio do *non bis in idem*. Improbidade administrativa. Decisão judicial. Ressarcimento ao erário. Duplicidade.

Não configura *bis in idem* a coexistência de acórdão do TCU e sentença condenatória em ação de improbidade administrativa que determinam o ressarcimento ao erário de débitos decorrentes dos mesmos fatos. Ocorrendo ressarcimento em uma instância, basta que o responsável apresente a comprovação perante o juízo de execução para evitar o duplo pagamento (Acórdão 1382/2025 – Plenário. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Jorge Oliveira).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Boletim de jurisprudência nº 352****Processo cível – Direito Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Fornecimento de informações pelo Executivo ao Legislativo – Prazo – Redução – Constitucionalidade**

Ementa: Direito Constitucional. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Emenda à Lei Orgânica Municipal. Redução do prazo para prestação de informações pelo Executivo ao Legislativo. Princípio da separação dos poderes. Inexistência de ingerência indevida. Constitucionalidade da norma.

Tese de julgamento: A fixação de prazo razoável para que o Executivo preste informações ao Legislativo, com possibilidade de prorrogação justificada, não configura violação ao princípio da separação dos poderes. O dever de fiscalização atribuído ao Legislativo inclui a definição de prazos para o cumprimento de requisições pelo Executivo, desde que não haja imposição de obrigação desproporcional ou sanções indevidas.

(TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.24.402521-9/000, Relatora: Desembargadora Evangelina Castilho Duarte, Órgão Especial, j. em 2.6.2025, p. em 3.6.2025).

Boletim de jurisprudência nº 353**Processo cível – Ação civil pública – Carência de médicos – Tema 698 (RE – 684.612/RJ) – Intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas – Cabimento**

Ementa: Juízo de retratação. Reexame necessário e apelação cível. Ação civil pública. Hospital Municipal de Governador Valadares. Carência de médicos pediatras. Gravidade da situação. Tema 698 (RE - 684.612/RJ). Intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas. Cabimento. Ausência de violação ao princípio da separação dos poderes. Modelo fraco de intervenção. Decisão judicial que deve apontar as finalidades a serem alcançadas pela Administração Pública. Sentença parcialmente reformada.

- O e. Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 684.612/RJ (Tema nº 698), tendo sido fixada a seguinte tese jurídica: 1. A intervenção do Poder Judiciário em políticas públicas voltadas à realização de direitos fundamentais, em caso de ausência ou deficiência grave do serviço, não viola o princípio da separação dos poderes.

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

- A decisão judicial, como regra, em lugar de determinar medidas pontuais, deve apontar as finalidades a serem alcançadas e determinar à Administração Pública que apresente um plano e/ou os meios adequados para alcançar o resultado.
- No caso de serviços de saúde, o déficit de profissionais pode ser suprido por concurso público ou, por exemplo, pelo remanejamento de recursos humanos e pela contratação de organizações sociais (OS) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip).
- No caso, deve ser exercido juízo de retratação, posto que, em respeito à tese jurídica fixada pelo e. STF, ainda que legítima a intervenção do Poder Judiciário ante a grave deficiência do serviço público de saúde, deveria o órgão julgador determinar a finalidade a ser atingida, mas não o modo como ela deveria ser alcançada, privilegiando, assim, medidas estruturais de resolução de conflito.
- Trata-se, portanto, de um modelo “fraco” de intervenção judicial em políticas públicas, em que o Poder Judiciário estabelece a meta a ser alcançada, mas não fixa analiticamente todos os atos que devem ser praticados pelo Poder Público, resguardando a zona de discricionariedade do mérito administrativo.
- Em juízo de retratação, reformar parcialmente a sentença no reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário (TJMG - Apelação Cível nº 1.0105.10.006593-4/002, Relatora: Desembargadora Teresa Cristina da Cunha Peixoto, 8ª Câmara Cível, j. em 12.6.2025, p. em 16.6.2025).

Processo cível – Direito Administrativo – Improbidade administrativa – Ação civil pública – Vedação à multiplicidade de tipificações para o mesmo ato ímprobo – Extinção do processo sem resolução do mérito.

Ementa: Direito administrativo e processual civil. Improbidade administrativa. Ação civil pública. Alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021. Vedação à multiplicidade de tipificações para o mesmo ato ímprobo. Necessidade de individualização da conduta na petição inicial. Indeferimento da petição inicial. Extinção do processo sem resolução do mérito.

Tese de julgamento:

- A Lei nº 14.230/2021, por expressa disposição do STF (Tema 1.199), aplica-se retroativamente apenas quando mais benéfica ao réu, desde que não haja trânsito em julgado da condenação.
- A imputação de mais de um tipo legal para um mesmo ato de improbidade administrativa é vedada pelo art. 17, § 10-D, da Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021.
- A inadequação da petição inicial que desrespeite as exigências dos §§ 6º e 10-D do art. 17 da LIA enseja seu indeferimento e a consequente extinção do processo sem resolução do mérito (TJMG - Apelação Cível nº 1.0000.24.455524-9/001, Relatora: Desembargadora Maria Inês Souza, 2ª Câmara Cível, j. em 24.6.2025, p. em 26.6.2025).

Boletim de jurisprudência nº 354

Processo cível – Direito Constitucional – Ação Direta de Inconstitucionalidade – Emenda à lei orgânica – Admissão de agentes de combate às endemias – Processo seletivo público – Constitucionalidade material – Vício de inconstitucionalidade

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Emenda à lei orgânica. Transformação. Agentes comunitários de saúde. Inconstitucionalidade material. Não configuração. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Ação direta julgada procedente.

- A EC nº 51/2006, ao prever a admissão de agentes de combate às endemias por processo seletivo público, estabeleceu exceção constitucional à regra do concurso público, cabendo ao legislador ordinário definir o regime jurídico aplicável aos profissionais (STF. Plenário. ADI 5.554/DF, Relator: Ministro Roberto Barroso, j. em 25.4.2023).
- Viola a iniciativa reservada do Chefe do Executivo a lei de iniciativa parlamentar que reestrutura os quadros de servidores públicos da Administração (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.0000.23.156708-2/000, Relator: Desembargador José Marcos Vieira, Órgão Especial, j. em 3.7.2025, p. em 3.7.2025).

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**Informativo de jurisprudência nº 309**

Consulta. Prefeitura municipal. Substituição de servidor ocupante de cargo comissionado licenciado. Incapacidade temporária. Licença-maternidade. Substituto sem vínculo com a Administração Pública. Possibilidade. Necessidade de lei local autorizativa. Autonomia do ente federativo. Princípio da continuidade do serviço público. Observância aos demais requisitos constitucionais e legais. Formalização mediante ato específico e motivado. Obrigatoriedade de fixação de prazo e condições da substituição.

1. É possível a nomeação de pessoa sem vínculo com a Administração Pública em cargo de provimento em comissão para substituir ocupante de cargo comissionado licenciado por incapacidade temporária ou por licença-maternidade custeadas pelo regime geral de previdência social, desde que tais hipóteses de substituição estejam previstas em norma local do ente federado e sejam observados os demais requisitos previstos na Constituição da República de 1988 e na legislação de regência.

2. Não há óbice à substituição de titular de cargo de provimento em comissão em razão de seu afastamento transitório previsto em lei, contanto que o ato de nomeação do substituto para o exercício das atribuições do cargo observe os comandos constitucionais, as demais normas aplicáveis e contenha os prazos inicial e final da substituição, os quais devem corresponder precisamente ao início e ao fim da licença do titular (Processo 1.164.211 – Consulta. Tribunal Pleno. Relator: Conselheiro em exercício Hamilton Coelho. Deliberado em 21.5.2025. Publicado em 30.5.2025).

Representação. Ministério Público de Contas. Prefeitura. Calamidade pública. Pandemia. Contratação de prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares. Preliminar. Delegação de competência. Ilegitimidade passiva. Reconhecimento. Ausência de planilha de orçamento detalhado de custo unitário. Irregularidade.

Procedência. Erro grosseiro. Não configurado. Dispensável a aplicação de multa. Recomendação. Arquivamento.

1. Na elaboração de planilhas orçamentárias, devem estar previstos os custos de todos os itens essenciais à contratação, possibilitando a real avaliação do valor do bem ou serviço e a definição dos métodos e do prazo de execução, nos termos dos arts. 23 e 72 da Lei nº 14.133/2021.

2. Para fins de responsabilização do gestor, faz-se necessário perquirir a existência de prejuízo ao interesse público e à Administração (art. 22 da Lindb), bem como qualquer ação deliberada nesse sentido, ou, no mínimo, a falta de cautela elementar, consubstanciada em erro grosseiro (art. 28 da Lindb) (Processo 1.098.389 – Denúncia. Primeira Câmara. Relator: Conselheiro em exercício Licurgo Mourão. Deliberado em 13.5.2025. Publicado em 3.6.2025).

Informativo de jurisprudência nº 310

Denúncia. Dispensa de licitação. Contratação de empresa especializada de software para gestão de laboratório. Exigência de qualificação econômico-financeira. Pequeno vulto. Improcedência. Omissão de quantitativo de treinamento/capacitação dos servidores. Procedência. Omissão de quantitativo dos equipamentos que requerem integração e/ou interfaceamento. Procedência. Sem aplicação de multa. Lindb. Arquivamento.

1. A qualificação econômico-financeira é essencial para assegurar a segurança nas contratações, protegendo a Administração Pública contra empresas que não tenham condições de cumprir suas obrigações. Embora seja um requisito de habilitação que pode ser exigido pelos gestores públicos, sua imposição deve ser proporcional à complexidade do objeto contratado.

2. Com o intuito de ampliar as chances de selecionar a proposta mais vantajosa, além de promover a transparência e a publicidade, a Lei nº 14.133/2021 dispõe, em seu art. 75, §3º, que, preferencialmente,

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

a dispensa de licitação em razão do valor deverá ser precedida da publicação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de três dias úteis, oportunidade em que informará a contratação a ser realizada e manifestará o interesse em receber propostas. Trata-se de uma recomendação legal, e não de uma exigência, o que permite, em princípio, a dispensa desse procedimento nos casos em que se comprove que ele não representa a forma mais conveniente e vantajosa para a seleção do contratado.

3. A expressão “especificação do objeto pretendido”, prevista no §3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, traz consigo comando que impõe à Administração Pública descrever, de forma clara e suficiente, aquilo que se pretende contratar, de modo a permitir que possíveis interessados compreendam o escopo, os requisitos e as características essenciais do que está sendo adquirido ou contratado (Processo 1.167.057 – Denúncia. Primeira Câmara. Relator: Conselheiro Agostinho Patrus. Deliberado em 3.6.2025. Publicado em 13.6.2025.).

Informativo de jurisprudência nº 311

Denúncia. Concorrência eletrônica. Serviços de assessoria e consultoria. Preliminar. Ilegitimidade passiva. Acolhida parcialmente. Mérito. Critério de julgamento “técnica e preço”. Utilização indevida. Improcedência. Proposta técnica. Ausência de análise da metodologia ou programa de trabalho. Procedência. Recomendação. Ausência de previsão de critério de reajuste no edital. Improcedência. Arquivamento.

1. Em respeito ao princípio da segregação de funções, como regra geral, o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação não devem participar da elaboração do edital, a fim de afastar a atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação, em consonância com o art. 7º, § 1º, da nova Lei de Licitações.

2. Havendo vínculo mínimo entre a conduta dos agentes responsáveis e os fatos tidos nos autos como irregulares, não há que se falar em ilegitimidade passiva.

3. A complexidade e a especificidade própria dos serviços os retiram do rol dos serviços de natureza comum, caracterizando-os como serviços que demandam intelectualidade e individualidade, discrepante de um serviço comum assim entendido aquele padronizado pelo mercado, o que enseja a análise técnica da proposta.

4. A eleição do tipo licitatório “técnica e preço”, em detrimento do “menor preço”, pressupõe justificativa com base em critérios técnicos, observados os parâmetros discriminados no art. 37 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser verificada não só a qualificação dos profissionais integrantes das empresas licitantes, mas também o conhecimento do objeto, a metodologia e programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues, nos moldes do inciso II do referido dispositivo legal (Processo 1.092.509 – Denúncia. Primeira Câmara. Relator: Conselheiro em exercício Licurgo Mourão. Deliberado em 10.6.2025. Publicado em 25.6.2025).





MPC-MG

Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

MPC NOTÍCIAS

JULHO 2025 • EDIÇÃO 38

PROCURADOR-GERAL

MARCÍLIO BARENCO

SUBPROCURADOR-GERAL

DANIEL GUIMARÃES

EDIÇÃO

SIMONE PEREIRA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

GUILHERME FERNANDES

REVISÃO

LÍLIAN DE OLIVEIRA

ESTAGIÁRIA

ANA CLARA LIMA

ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.mpc.mg.gov.br

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

FLICKR



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais